



INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

ATA DE REUNIÃO

ATA SUCINTA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos 12 dias do mês de maio de 2023, às 9:06 h (horário de Brasília/DF), em modalidade presencial, teve início a 3ª audiência pública para discussão do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental, referente ao empreendimento Projeto Novas Minas (Processo nº 02001.029328/2018-61), sob responsabilidade da Mineração Rio do Norte S.A. A audiência pública ocorreu de forma presencial no Cliper Santo Antônio (Oriximiná/PA) com transmissão on-line pelo do canal do Youtube da empresa: https://www.youtube.com/watch?v=3JZj3f9OR_o (link direto para a transmissão da audiência), conforme disposto na Resolução Conama nº 09, de 03 de dezembro de 1987. A Presidenta da audiência, Sra. Fernanda Franco Bueno Bucci, Analista Ambiental do Ibama, Coordenadora Substituta da Coordenação de Licenciamento Ambiental de Mineração e Pesquisa Sísmica Terrestre (COMIP) do Ibama, cumprimentou a todos que acompanhavam a audiência e a declarou oficialmente aberta, compondo a mesa com a convocação dos seguintes representantes da empresa proponente do projeto, da empresa de consultoria ambiental, do Ibama e do órgão gestor da unidade de conservação, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio): Sr. Vladimir Senra Moreira (Diretor Jurídico e de Sustentabilidade da MRN), Sr. Yanto Araújo (Gerente Geral de Projetos da MRN), Sr. Luís Augusto da Silva Vasconcellos (Gerente Ambiental da Arcadis Consultoria Ambiental), Sra. Telda Costa Pereira Lima (Analista Ambiental da COMIP/Ibama), e Sr. Paulo Jasiel Castigio Varalda (Chefe do NGI Trombetas - ICMBio). Executou-se o Hino Nacional Brasileiro. Em seguida, passou-se a palavra à Secretária Executiva da audiência, a Sra. Telda Costa Pereira Lima, para leitura do Regulamento da Audiência Pública (AP). Dando início às apresentações previstas, o Analista Ambiental da COMIP/Ibama, o Sr. Filipe Vasconcelos Avelino de Sousa, apresentou o rito do processo de licenciamento ambiental. Em seguida, a Presidenta passou a palavra ao Sr. Vladimir Senra Moreira e ao Sr. Yanto Araújo, representantes da empresa Mineração Rio do Norte S.A. (MRN), para apresentação do Projeto Novas Minas (PNM), proposto pela empresa para a continuidade da extração de bauxita (minério de alumínio) nos platôs Cruz Alta Leste, Escalante, Rebolado, Barone e Jamari na Zona Central da Floresta Nacional (FLONA) Saracá-Taquera. Posteriormente, o Sr. Luís Augusto da Silva Vasconcellos, representando a empresa Arcadis Consultoria Ambiental, apresentou os principais resultados dos estudos ambientais que subsidiam o processo de licenciamento. Logo após as apresentações, às 11:08 h, foi iniciado um intervalo de 10 (dez) minutos, durante o qual foram recepcionados os questionamentos dos participantes pelas vias escrita e oral. Às 11:38 h se encerraram as inscrições para manifestação escrita e oral. Em seguida, a Presidente da AP convidou os representantes da empresa MRN, da empresa de consultoria Arcadis, do Ibama e do ICMBio para que respondessem aos questionamentos apresentados pelos participantes. Os principais questionamentos feitos durante a audiência foram registrados nesta Ata, como seguem: (i) Manifestação do prefeito municipal Wiliam Fonseca quanto a queda da arrecadação da CFEM com o PNM, tendo protocolado no processo de licenciamento o Ofício nº 063/2023 - Pref. Mun. Oriximiná/PA (SEI nº 15738720); (ii) Manifestação do Cacique Geral da Aldeia Mapuera, o Sr. Eliseu Rodrigues da Silva Waiwai, da etnia Waiwai, quanto a ausência de interferências com as Terras Indígenas Nhamundá/Mapuera, Trombetas/Mapuera e Kaxuyana-Tunayana; (iii) Manifestação do vereador Mauro Vanzelan contrapondo a legação do prefeito quanto à queda da arrecadação municipal; (iv) Manifestação da Vereadora Josi Freitas quanto a necessidade de e se firmar parcerias com a empresa para projetos de desenvolvimento para o município e de se fiscalizar uso dos recursos públicos; (v) Manifestação do Vereador Manoel Lucivaldo, criticando a discussão do empreendimento em um curto espaço de tempo, restrito somente à audiência pública; o Estudo do Componente Quilombola (ECQ); e também o posicionamento omissivo do

governo federal quanto às solicitações atuais e históricas das comunidades quilombolas. Além disso, protocolou o Ofício ACRQAT nº 46/2023 (SEI nº 15745013); (vi) Manifestação dos Vereadores Márcio Canto e Vereador Adeilson Lopes, quanto à necessidade de provimento de oportunidades de emprego e qualificação profissional ao povo do município de Oriximiná/PA e contratação de mão-de-obra local, da importância do atendimento das condicionantes socioambientais para a implantação do projeto e da possibilidade de aproveitamento da madeira no município; (vii) Manifestação do Vereador e representante da AMOCREQ-CPT, Sr. Rubens Cordeiro Rocha, solicitando apoio pra aprimoramento da infraestrutura de transporte (pontes e estradas) e segurança (porto de policiamento) na comunidade quilombola de Cachoeira Porteira; (viii) Manifestação dos representantes da Comunidade do Ajudante quanto aos reduzidos impactos positivos da atividade de mineração nas comunidades ribeirinhas da região; (ix) Manifestação dos representantes das Comunidades Bom Jesus - Lago Batata e São Sebastião - Maria Pixi, criticando a atuação dos ICMBio e do Ibama durante as operações e fiscalização e questionando os aspectos fundiários e os direitos de propriedade e uso dos recursos naturais da FLONA Saracá-Taquera; (x) Manifestações da representante da Comunidade do Ajudante quanto à necessidade de uma inclusão de um maior número de comunidades e localidades beneficiadas pelos programas socioambientais da MRN e de que exista uma melhor gestão e destinação dos recursos com vistas a propiciar a sustentabilidade socioeconômica do município de Oriximiná/PA após o fim da mineração, dando enfoque a investimentos em educação e qualificação profissional dos jovens; (xi) Manifestação do representante do SINTTRAF quanto a ausência de estudos específicos para as populações ribeirinhas e indígenas e de um Plano Básico Ambiental para essas populações; (xii) Manifestação do representante da Comunidade Camuxá sobre a necessidade de acesso à água potável e solicitação de apoio para implantação de microssistemas de água e energia solar; (xiii) Manifestação do Sr. Valter Waiwai, indígena da etnia Waiwai, sobre o repasse direto de recursos para as comunidades indígenas e tradicionais em função da má prestação de serviços públicos pelo município de Oriximiná/PA; (xiv) Manifestação do Sr. Luis Carlos Ferreira da Silva, Cacique Geral do Povo Waiwai, sobre o desejo de melhorias dos serviços públicos de saúde, educação e transporte fornecido ao povo das Terras Indígenas Nhamundá/Mapuera, Trombetas/Mapuera e Kaxuyana-Tunayana, e necessidade de respeito e consulta prévia aos povos e comunidades tradicionais da região (realizada no idioma nativo, com tradução do Sr. Valter Waiwai); (xv) Solicitação do representante da Comunidade Bacabal para que haja atendimento da população pelo hospital em Porto Trombetas; (xvi) Questionamento da representante do Território Quilombola Mãe Domingas Alto Trombetas I quanto à área de influência dos impactos do PNM e à qualidade da consulta às comunidades quilombolas em respeito à Convenção 169 da OIT; (xvii) Manifestação do representante da Comunidade Sucuri e da ACOMTAGS quanto aos critérios utilizados para a inclusão ou exclusão de comunidades no rol de impactados pelo projeto; (xviii) Questionamento do representante da Comunidade São Tomé, Área 2 do Lago Sapucúá, quanto a baixa qualidade da água no Lago Sapucúá, relatando haver indícios de contaminação; (xix) Manifestação do representante da Comunidade Santo Expedito, Lago Sapucúá, sobre a má alocação dos recursos da CEFEM; (xx) Questionamento do analista ambiental do ICMBio quanto ao fluxo migratório em função do PNM vis a vis o aumento populacional no entorno da FLONA nas últimas décadas e sugestão de que a empresa auxilie na divulgação em seu site, dos dados sobre a CEFEM; (xxi) Manifestação do representante da Comunidade Quilombola Boa Vista sobre a alta relevância do impacto do acultramento das comunidades tradicionais da região e questionamentos quanto ao rito da audiência pública e das consultas prévias às comunidades quilombolas. Foi protocolado o Ofício ACRQBV nº 22/2023 (SEI nº 15745053); (xxii) Manifestação do representante da Associação dos Moveleiros de Oriximiná (ASSOMOR) quanto a possibilidade de que a madeira proveniente da área de supressão para lavra seja destinada para um melhor aproveitamento no setor moveleiro; (xxiii) Manifestação da representante da Comunidade Boa Nova, Lago Sapucúá sobre a existência de compromissos firmados desde a implantação do platô Almeidas e que não foram cumpridos e, por este motivo, solicita atenção do Ibama no acompanhamento do projeto e da execução dos programas ambientais para que esse quadro não se repita; (xxiv) Representante da Comunidade Boa Vista propôs a criação de um fundo, gerido pelos movimentos sociais de Oriximiná/PA, cujos recursos seriam destinados a saúde e educação; (xxv) Representante da comunidade Boa Vista questiona como a população pode monitorar o uso dos recursos para que eles sejam melhor aplicados em benefício das comunidades ribeirinhas e quilombolas; (xxvi) Manifestação da representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Oriximiná/PA, convocando as demais entidades representativas da sociedade civil para que promovam um acompanhamento conjunto dos estudos ambientais e cobrando por mais

transparência quanto à arrecadação, distribuição e aplicação dos recursos da CFEM; (xxvii) Manifestação do representante do SINTRAF Oriximiná/PA lamentando a ausência de representante do Ministério Público na audiência e alertando para a importância do platô Cruz Alta para a subsistência de diversas comunidades e ressaltando a relevância do impacto ambiental decorrente da supressão e lavra deste platô; (xxviii) Relato da representante da Comunidade do Ajudante de alteração na coloração da água, sobretudo quando há incidência de ventos (tornando-se avermelhada) e elevada frequência de episódios de doenças nos moradores das comunidades no Lago Batata; (xxix) Questionamento da representante da Comunidade do Ajudante sobre a responsabilidade pelo Lago Batata e os resultados do processo de recuperação; (xxx) Questionamento de representante da UFOPA sobre a autorização de novas áreas de mineração em um território protegido e de dupla afetação (sobreposição), sendo que já foram destinados 30% da área para exploração mineral com alto impacto socioambiental. Devido à maior duração da AP, foi concedido um intervalo adicional de dez (10) minutos, iniciando às 13:28 h. Foram contabilizadas 68 (cinquenta) inscrições para manifestação oral, sendo 18 (dezoito) ausências, e 22 (vinte e duas) perguntas escritas, totalizando 90 solicitações de manifestação. Os temas mais recorrentes nos questionamentos foram os seguintes: CFEM (*royalties* da mineração); usos e destinação da madeira suprimida nas áreas de mineração; oportunidades de trabalho e de qualificação profissional; infraestrutura de transporte (estradas e pontes), energia elétrica e saneamento; oferta e melhoria dos serviços de saúde e educação públicas; impactos sobre a fauna e a flora; qualidade da água; população quilombola; população ribeirinha; parcerias entre a MRN e o poder público municipal; questões destinadas ao Ibama e ao ICMBio (processo de licenciamento e acompanhamento do projeto, gestão da FLONA e seus recursos, operações de fiscalização, regularização fundiária, dentre outros). Destes, todos os questionamentos orais e escritos foram respondidos, exceto aquele elencado no item (xxx) (escrita), que será respondido posteriormente conforme regulamento. Todos os questionamentos serão considerados no processo de licenciamento conduzido pelo Ibama. Ressalta-se que na transmissão on-line pelo Youtube, foram registradas as seguintes quantidades de participantes: 131 pessoas às 09:27 h (horário de Brasília/DF), 182 pessoas às 10:29 h, 203 pessoas às 11:39 h, 298 pessoas às 12:30 h, 186 pessoas às 13:34 h, 215 pessoas às 14:52 h, 178 pessoas às 16:00 h, 180 pessoas às 17:31 h, e 149 pessoas às 18:33 h, próximo ao final do evento. A audiência pública foi gravada, incluindo os registros dos questionamentos e suas respostas. Esta audiência pública encerrou-se às 18:44 h do dia 12 de maio de 2023. Nesta audiência, 949 pessoas estiveram presentes no local de realização do evento. Para registro, lavramos esta ata no âmbito do processo de licenciamento ambiental do empreendimento, assinada pela equipe da COMIP/Ibama que acompanhou a audiência pública e contribuiu para a elaboração deste documento, bem como um representante da MRN, o Sr. Marco Antônio Fernandez Pereira da Silva (Gerente Geral de Licenciamento e Controles Ambientais da MRN).



Documento assinado eletronicamente por **AYUNI LARISSA MENDES SENA, Analista Ambiental**, em 12/05/2023, às 18:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FILIFE VASCONCELOS AVELINO DE SOUSA, Analista Ambiental**, em 12/05/2023, às 18:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **TELDA PEREIRA COSTA LIMA, Analista Ambiental**, em 12/05/2023, às 18:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO VIDA E SILVA, Analista Ambiental**, em 12/05/2023, às 19:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **GABRIEL PAIVA DE CARVALHO, Analista Ambiental**, em 12/05/2023, às 19:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA FRANCO BUENO BUCCI, Coordenadora Substituta**, em 12/05/2023, às 19:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **NELSON HERCULES PINTO SANT ANNA, Analista Ambiental**, em 12/05/2023, às 19:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCO ANTÔNIO FERNANDEZ PEREIRA DA SILVA, Usuário Externo**, em 12/05/2023, às 19:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **15733724** e o código CRC **1841A316**.
